

O MONÓLITO MÍTICO DO CURUPIRA

A primeira referência escrita da história do Curupira data do século XVI quando o padre José de Anchieta (1534-1597) em uma de suas cartas menciona um demônio oriundo das matas brasileiras, muito temido pelos indígenas.

A disseminação desta lenda pelos tempos e pelas diferentes regiões brasileiras fez com que diversas características contraditórias fossem adicionadas fazendo com que o personagem em questão passasse de protetor das matas a um mero “Don Juan” em busca de índias adolescentes, para se falar apenas o mínimo sobre este assunto.

Longe de iniciar um projeto de lapidação do que poderia ser considerado um panteão mitológico brasileiro, a ideia de revitalizar a lenda do Curupira a partir do foco nas suas características de protetor mostra-se extremamente importante devido ao fato do folclore brasileiro estar demasiado deformado por conta das diferentes influências que recebeu, sem que em nenhum momento um trabalho sério de literatura tenha sido feito neste sentido, ao contrário do que ocorrera com a maioria das lendas Europeias.

Os trabalhos até hoje publicados mencionando a lenda do Curupira, são basicamente resultados de pesquisas sobre o folclore, como, por exemplo, no caso de Câmara Cascudo, ou dedicados apenas aos leitores mirins onde os principais focos são as artes plásticas criadas para contar uma história que não possui mais que duas linhas por página.

É comum ouvirmos falar, por exemplo, que a atração gerada em muitos leitores pelas obras de Monteiro Lobato se deve à maneira como o escritor se dirigia aos seus leitores, nunca tratando como crianças sem imaginação, mas sim os instigando a saberem mais independente de suas idades.

Apesar das diferenças estilísticas naturais entre autores – neste caso Anita Cimirro e Monteiro Lobato – a escrita de “Curupira” claramente aponta nesta mesma direção em relação ao seu público alvo.

A literatura realista de Anita Cimirro, mostra com riqueza de detalhes a vida nas – cada vez mais raras – pequenas cidades aonde pouca ou nenhuma grande tecnologia chegou;

ambientes estes comuns até meados dos anos 70 no Brasil. De modo que a decisão de não definir uma data precisa na história deste livro abre as portas à subjetividade do leitor de ambientá-la em qualquer fase de um longo período do nosso passado.

Especialistas também podem notar uma clara indefinição geográfica devido à diversidade da natureza apresentada, uma vez que a licença artístico-poética da autora é justificada pelo fato do Curupira ser uma entidade protetora das florestas, independente de regiões ou de tradições regionais ligadas à lenda.

Anita Cimirro, além de suas qualidades como escritora, demonstra um profundo conhecimento antropológico, bem como um entrosamento fora do comum com a Natureza que nos cerca, e que não raramente é superficialmente percebida.

O homem necessita da Natureza para sobreviver – este pensamento substitui a arcaica e ultrapassada máxima religiosa que descreve a Natureza como servente do homem.

Destroem-se as matas, envenenam-se as águas, matam-se os animais – como resultado morre-se sem ar, água e alimentos – uns bilhões de anos mais e a Natureza que outrora fora destruída ressurgirá purificada como uma fênix, enquanto do ser humano nada restará.

O Curupira como uma entidade justa e protetora do meio ambiente, sem um gênero definido, sem similaridade com um povo ou raça, sem excessos fantásticos, mas principalmente sem quebrar com o âmago do monólito que a erosão temporal criou, se mostra em sua forma mais imponente através da história que ocorre em um povoado simples e ingênuo sob a trilha sonora lânguida e misteriosa do seu pequeno companheiro – o Urutau.

Artur Cimirro